

VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: uma visão sobre o atual cenário social

**Raquel Ossuna de Campos Makino,
UFMS/CPNV,
raquelossunamakino@gmail.com**

**Maria das Graças Fernandes de Amorim dos Reis,
UFMS/CPNV,
gmgrg46@gmail.com**

RESUMO

O trabalho aborda aspectos quanto à violência, criminalidade e segurança pública no Brasil. Nos dias atuais, a violência está presente em toda sociedade, apresentando-se de diversas formas e gerando impactos e consequências sociais. A violência e a criminalidade são fatores que permeiam as organizações, sendo originada pela marginalidade social, consequência de diversos fatores que envolvem as relações sociais, sejam eles por fatores socioeconômicos ou culturais. O estudo, resultado de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica referente a violência, criminalidade e segurança pública na sociedade atual, a partir de seus fatores determinantes, visando compreender as possíveis causas do aumento da violência e criminalidade, bem como verificar o posicionamento do Estado para a melhoria da segurança pública e as consequências geradas na sociedade.

Palavras-chave: Camadas populares; Criminalidade; Pobreza.

1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade se apresentam como problemas sociais que mais assolam o país, pois acontece independente de raça, cor, idade classe social, dentre outros fatores. E como resultado dessa violência, na atualidade, o tema ganha destaque, devido aos diversos acontecimentos midiáticos, e a população questiona as ações das organizações de segurança pública no país, tanto pelo aumento da criminalidade e da violência, quanto pelo agravamento das tensões sociais, como do racismo, discriminação, preconceito.

Dada a importância do tema, o trabalho tem como objetivo relacionar informações na busca de compreender as possíveis causas do aumento da violência e criminalidade, o posicionamento do Estado para a melhoria da segurança pública, quais são as consequências geradas na sociedade, bem como a eficiência na prevenção e repressão da violência e criminalidade.

O artigo é resultado da pesquisa e discussão realizada no Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociedade, Estado e Política (GEPESP), em que cada integrante do Programa de Educação Tutorial (PET) da UFMS/CPNV ficou responsável por abordar uma temática e mediar a discussão, de modo a sistematizar informações para originar um trabalho no formato de artigo, tendo como base os referenciais teóricos e as discussões efetivadas.

O trabalho está organizado de modo a apresentar um resgate sobre a origem da violência, criminalidade e segurança pública e o estado delas atualmente na sociedade, abordando também discussões acerca de questões sociais como: racismo, preconceito e discriminação, relacionados a tal cenário.

De certo modo, a segurança pública está menos atuante na sociedade, visto os crescentes índices de violência e criminalidade, fazendo com que os cidadãos sejam reféns de seus medos, ao invés de se sentirem seguros. É nessa direção que as políticas de segurança pública deveriam ser mais cautelosas e eficientes em relação às advertências e repreensões a aos diversos tipos de crimes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Misse (2006), a temática “violência” e as referências ao “mundo do crime” surgiram por diversos estudos dos últimos anos, como questões ligadas a mudanças sociais na população, bem como a promessa de assalariamento industrial, “potencializados pela globalização”.

A violência e o crime são fenômenos sociais instituídos através de uma “sociabilidade violenta”, de acordo com Silva (2004) e Misse (2006) ela se manifesta na sociedade e se insere em diversos espaços da vida, com práticas sociais agressivas e hostis, trazendo novas formas dessa sociabilidade, que são marcadas com medos e inseguranças.

Manifestada durante a colonização, a violência sempre esteve presente nas relações sociais intuídas entre colônias e metrópoles, como uma prática de exploração e dominação, sendo trazida desde o início da escravidão como uma cultura colonial, inicialmente com os índios, negros, por meio dos escravos, agredidos e violentados, para mão de obra.

Para explicar as diversas formas de violência é problemático postular qualquer centralidade explicativa, seja ela, por exemplo política, econômica, cultural. Ao evocar traços políticos ou culturais, tais como processo colonial, escravidão, tradição patriarcal, ou mesmo machismo, racismo etc., temos que levar em consideração que não há novidade nestas considerações, porém elas trazem o desafio de retirarmos delas as devidas consequências (RIFIOTIS, 2006, p. 2).

A violência vem se manifestando cada vez mais abertamente, mostrando uma parte da população agressora que ataca moralmente ou fisicamente suas vítimas, e muitas vezes saem impunes ou ilesos pelos crimes cometidos.

São diversas as notícias que expõem a problemática da violência no mundo, mas não é somente através dos noticiários de TV que a violência chega ao universo de nossos lares, uma vez que ela também vem por meio de mídias, jogos, violência doméstica, violência nos esportes, em violência televisiva e, até mesmo, em violência virtual, física, verbal ou psicológica.

A afirmação do estereótipo de que a violência e a criminalidade estão associadas apenas à pobreza (justificado pelas suspeitas prévias que policiais têm em relação aos pobres), baseia-se apenas no pressuposto de que o ser humano é movido pela necessidade de sobreviver, e desse modo qualquer cidadão que more ou trabalhe em favelas e periferias estão sujeitos a repreensões indesejadas.

No passado, era possível afirmar com certeza que a violência estava associada, quase que exclusivamente, ao mundo da pobreza. Se você habitasse o espaço social da violência, teria que conviver com ela ou com seus efeitos. Eram os reflexos da vida marcada pela miséria e pela exclusão que impulsionavam o comportamento violento. A violência ocorria nas famílias socialmente desestruturadas e localizava-se nas áreas urbanas que espelhavam a pobreza: as periferias e as favelas (ABREU, LOURENÇO, 2010, p.1).

Nos dias atuais o perfil de violência passou por mudanças, sendo jovens de classe média que agridem, ameaçam, desrespeitam sendo intolerantes com homossexuais, profissionais do sexo, negros, indígenas, entre outros que integram as diversidades sociais. Há diversos questionamentos sobre o que motivam esses jovens a praticar ações de violência, mas, atualmente os índices entre as pessoas de camadas populares ainda é bem elevado. As razões do agravamento da violência no Brasil são incompreensíveis.

De fato, há diversos fatores complexos que os levam aos crimes, sejam eles por fatores socioeconômicos: como a fome e a pobreza, em que as camadas mais pobres sobrevivem em situações precárias, sendo que os crimes desse grupo são cometidos por necessidades de sobrevivência. Mas, também há os relativos ao desemprego e a falta de renda, que levam os cidadãos a incitação ao roubo, à ilegalidade, por ser uma renda fácil, por conseguir ganhos até maiores do que um emprego formal ou informal.

Há um aumento das desigualdades e, sobretudo, da percepção das mesmas, devido à grande penetração da televisão. A televisão valoriza objetos simbólicos e exalta o consumismo; ela induz a desejar roupas, equipamentos, carros, lindas garotas, etc. Essas coisas estão, frequentemente, fora de alcance, o que provoca uma frustração crescente, insuportável numa sociedade polarizada pela coexistência de uma oligarquia riquíssima (São Paulo é, depois de Nova Iorque, a cidade com maior número de jatos particulares) e de massas miseráveis (CHESNAIS, 1999, p. 55).

Por meio das mídias, o consumismo abarca, não apenas o desejo das camadas pobres, mas também as ricas, movimentando o mercado, com as inovações para os consumidores, frustrando aqueles que não têm alcance a determinados bens. Destaca-se que o Brasil é um dos países mais desiguais, com camadas mais pobres ao lado das mais ricas, e considerando a crise econômica e a instabilidade social, a riqueza exposta de alguns, estimula aos crimes e violências de outros.

Outro gerador de exclusão social, além da pobreza que gera a violência, se refere “as características da estratificação social na sociedade de classes onde a hierarquia social que estabelece os limites legais que marcam a separação entre os estratos sociais dependem do status

social ou posição determinada ou definida por critérios ou atributos sociais” (GULLO, 1998, p.109).

Ainda há fatores institucionais para prevenção, como exemplo a escola, que pode ser um sistema para prevenir os crimes, embora as escolas públicas sejam um lugar notoriamente deficitário, com professores mal pagos e desmotivados, não garantindo a transmissão dos conhecimentos básicos, e um grande número de crianças só vão à escola pela alimentação, há a infiltração de drogas e bebidas, entre outros aspectos. Já o ensino privado parece resistir a essa situação, embora os preços das mensalidades sejam exorbitantes. Segundo Chesnais (1999, p. 56), “[...] a segregação escolar amplia a segregação social e mesmo a classe média está perdendo a esperança de ascensão social para os seus filhos”.

A moradia também pode se constituir um dos fatores que “previnem” a criminalidade, pois ter um lugar para morar é sinônimo de segurança e dignidade, mas muitas vezes não consumada, tendo diversos motivos prediais ou políticas das prefeituras, preços abusivos de moradias, e isso resulta em uma população sem teto, meninos nas ruas das periferias, instalados de forma precária, sem uma proteção, sendo presa fácil de abusadores, que por sua vez prometem paternidade e proteção (CHESNAIS, 1999, p. 56).

Além disso, há fatores institucionais para repressão, e de acordo Chesnais (1999) A polícia, a justiça e o sistema penitenciário não são respeitados, os salários dos policiais são insuficientes dando assim margens para a corrupção, os crimes mais cuidados são os assaltos de dinheiro, pois como este movimenta bastante a economia do país, os riscos são maiores do que os atentados aos cidadãos.

Ainda há os fatores culturais, visto que no Brasil com a sua diversidade e miscigenação, há diversos preconceitos e discriminação de raças, etnias, sendo excluídos aqueles que são diferentes, o que aponta para um grande paradoxo.

A sociedade brasileira é feita de uma curiosa mistura de latinidade e negritude, onde os contrastes e a discriminação social não tardam a se revelar por trás da informalidade, jovialidade e cordialidade. Para escapar à sua condição, o negro tem de ser rico e isso torna-se tanto mais difícil na medida em que aumentam as barreiras entre os dois mundos e as diferenças de níveis de vida e mentalidade se aprofundam. Nas prisões e necrotérios, a população é, em geral, negra ou mestiça; nas universidades, ela é 95% branca (CHESNAIS, 1999, p. 56).

A violência tem trazido medo para toda população, seja ela feita a mão armada ou não, como nos casos de assaltos e roubos, fazendo com que o cidadão perca o direito ou a liberdade de sair da própria casa. De acordo com Santos (2009, p. 244-245),

Em cidades grandes, médias, ou, até mesmo, de pequeno porte, não é preciso ir muito longe para observarmos o grande número de casas com cercas elétricas, portas e janelas com grades de proteção ou até mesmo com placas que identificam empresas de segurança privada que monitoram algumas residências vinte e quatro horas por dia, evitando que estas casas sejam invadidas por pessoas que escolheram a vida do crime como forma de sobrevivência na dinâmica social.

Já houve momentos de grande avanço nas cidades, com a cultura bem representada, a ampliação do mercado e de bens, havia mais oportunidade de empregos, mas atualmente vemos que as cidades não passam apenas de lugares para a sobrevivência humana. Ainda de acordo com Santos (2009, p. 249), “[...] ao combinarem o urbanismo do medo e a detenção do poder nas mãos de poucos, além da combinação com o urbanismo da urgência e a precariedade de vida de muitos, as medidas de segurança, criadas nesse contexto, estão modelando, cada vez mais, um meio segregado”.

Mesmo com os cidadãos investindo com equipamentos de segurança própria, sejam elas das mais sofisticadas possíveis, para tornar suas vidas mais seguras, ainda sim há um grande desrespeito com o próximo, ampliando para outros setores sociais.

A violência social e a insegurança que atingem as pessoas são elementos que estão relacionados ao cotidiano de quem convive nas cidades. Entender esses elementos será uma das formas de levarmos aos poderes públicos respostas para certas incógnitas relacionadas aos efeitos de políticas públicas implantadas nas cidades (SANTOS, 2009, p. 250).

Essa insegurança dos cidadãos, tanto por parte dessa violência, quanto por parte dos abusos autoritários sofridos pelo estereótipo de quem trabalha ou vive na realidade de favelas, acaba trazendo mais medo.

A Segurança pública é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, previsto no artigo 144. “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 1988).

Segundo Oliveira (2011) o direito humano é a somatória de valores, de atos e de normas que facilitam a vida digna. Não tem como citar os direitos humanos sem falar da dignidade. A

dignidade é o princípio que tende a proteger contra as circunstâncias, conforme está previsto no inciso III do art. 1º da Constituição.

O ser humano não aprova aquele que age de má-fé, e tenta repreender de uma maneira justa para que o indivíduo responda. Esse direito de decisão é nato, não importando sua raça, cor, cultura, classe social, religião ou qualquer outra diferença nessa multidão de diversidade em que se encontra o mundo.

Segundo Lima (2019) ao reconhecer que nosso problema na segurança pública é de governança e falta de coordenação federativa e republicana, é válido notar que o Estado opera um forte paradoxo que erode a confiança nas leis e nas instituições”. Sendo assim, as forças armadas geram mais medo do que confiança, respeito e sentimento de segurança. O Estado acata tudo sem questionamentos, estando distantes da realidade. Já os governos variam entre se omitirem dos deveres e responsabilidades ou assumirem o discurso de pânico reproduzindo propostas que nunca serão alcançadas, sem garantia na redução da violência. E com isso a criminalidade e a marginalização acomete a toda população cada vez mais.

[...] o Brasil flerta e caminha a passos largos para a volta discursiva da intolerância e da violência como instrumentos de governar, em um perverso retrocesso simbólico e político. E, pior, retrocessos esses feitos sob o aplauso de milhões de brasileiros. O maior desafio da democracia brasileira para o futuro próximo será, portanto, o de transformar a vida em nosso maior valor ético e moral. (LIMA, 2019, p.65)

E para uma mudança na direção de democrática, é preciso modificar as instituições repressivas, para um avanço fundamental nas políticas de segurança pública, assim como cita Soares (2003) itens fundamentais para as instituições policiais adequarem-se a segurança cidadão e, desta forma, estarem aptas a agir preventivamente”.

Hoje avanços expressivos implicam sucesso no aprimoramento da performance policial, que se traduz em redução da impunidade, e na redução da corrupção policial. O resultado de políticas exitosas, na área, se resumiria na transformação de nossas polícias em instituições menos violentas e corruptas, mais respeitosas dos direitos humanos, mais inteligentes e eficientes, mais aptas a agir preventivamente, mais confiáveis e, portanto, mais legítimas e capazes de valorizar seus profissionais (SOARES, 2003, p. 06).

Esse tipo de política de segurança pública pode ser praticada através da criação de critérios para a avaliação de oficiais oferecidos pelas próprias instituições policiais, entre outras ações necessárias.

[...] fatores que podem definir a eficiência da prevenção são os índices de criminalidade numa comparação periódica, anual preferencialmente, para aferição do nível dos serviços e padrão de eficiência, de acordo com índices razoáveis de aceitabilidade de crimes pelo nosso padrão econômico e social, em comparação com índices internacionais de delitos (SANTIN, 2004, p. 168).

Nesta direção de reformulação, a segurança pública teria uma mudança em seus serviços, já que as mesmas tem como finalidade a eficácia na segurança através da diminuição da violência e da criminalidade, tendo como melhorias a valorização e respeito aos direitos humanos, não aos abusos de autoridade e desrespeitos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é fruto de uma pesquisa, em que os integrantes do grupo PET Pedagogia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí - UFMS/CPNV desenvolveram para mediar uma discussão no Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociedade, Estado e Política – GEPESP, oportunidade para que cada integrante apresentasse um tema, enriquecendo a formação por meio dos debates promovidos, contribuindo assim para melhor compreensão de mundo, de formação crítica e atuante no meio social.

Para o seu desenvolvimento pesquisou-se sobre os temas: Violência, Segurança Pública e Origem da criminalidade em bases de dados diversos, sendo levantadas informações bibliográficas para seleção e organização dos conhecimentos, que deram o embasamento teórico e científico a respeito da temática, e assim possibilitando traçar um raciocínio para apresentar as ideias de forma clara, que caracterizam a violência, a criminalidade e a segurança pública na sociedade atual.

Em seguida foi organizado slides, de acordo com as informações coletadas para a apresentação e discussão. No encontro houve a participação de 13 pessoas que colocaram seu ponto de vista e opinião sobre a violência, a criminalidade e o papel da segurança pública e as consequências com a falta da mesma na sociedade, sendo o cidadão totalmente desprotegido e inseguro no ambiente em que vive.

Considera-se que o exercício da atividade (que são as discussões realizadas) contribui em várias direções, tanto para a reflexão e formação do pesquisador/mediador, pela atividade de estudo e sistematização sobre a temática tão importante na atualidade, quanto para os outros integrantes do Grupo PET e também da comunidade acadêmica e local participante.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir das pesquisas realizadas nas plataformas de buscas, foi possível analisar o perfil dos criminosos, que em sua grande maioria, são jovens, na faixa etária entre 14 e 25 anos, negros, do sexo masculino e de grande vulnerabilidade social. O Centro de Estudos de Criminalidades e Segurança Pública (CRISP) aponta que as favelas e periferias com alta concentração de crimes, possuem vários indicadores de bem-estar social e de qualidade de vida ruins. Observa-se que o tamanho da população residente em favelas e periferias pode ser um dos fatores que podem potencializar a criminalidade.

Considerando a hipótese acima, Oliveira (2005) organiza um estudo utilizando dados de todas as cidades brasileiras. Os resultados apontam que o tamanho das cidades é um dos motivos do aumento das taxas de crimes, pois mostra que quanto maior a população, maiores serão os crimes cometidos.

A sociedade deve começar a agir, exercendo a democracia, exigindo mais de seus candidatos e/ou superiores do poder público, pedindo ações mais concretas para promover a segurança, pois as autoridades devem procurar soluções, tanto para educar, prevenir quanto punir todo tipo de violência e crimes dentro da sociedade. E o que nos resta é a cobrança quanto a candidatura de autoridades capacitadas para as modificações de leis na segurança pública, que amparam e protejam os cidadãos, ao contrário das que existem atualmente que não protegem de fato e ainda incentivam o crime.

5 CONCLUSÕES

Nesse artigo foram abordados aspectos importantes sobre a violência, criminalidade e os fatores que contribuem para sua origem, sobre as ações das políticas de segurança pública e as necessidades de solução contra o déficit de ações, tendo em vista que o objetivo do trabalho é relacionar e compreender as possíveis causas do aumento da violência e criminalidade, o posicionamento do Estado para a melhoria da segurança pública, bem como as consequências geradas na sociedade.

Atualmente vivemos em uma sociedade onde há a presença do medo, insegurança, que devido ao aumento da violência não proporciona uma condição básica da vida, visto que os

planos de governo prometem a redução de homicídios, feminicídios e violência contra a mulher, a racionalização e modernização do sistema penitenciário, o combate integrado à criminalidade organizada transnacional, no entanto, não se verifica uma efetividade dessas ações.

A oposição contra a violência é uma luta pela efetivação dos direitos humanos, em que a cidadania deve estar junta com a segurança pública, assim disseminando a paz, sendo o direito e o dever de todos, não somente do Estado, mas às demais instituições sociais e a comunidade em exercerem a democracia nos processos políticos, pois são valores importantes para a vida social.

Seríamos ingênuos se pensássemos em uma sociedade sem violência, mas se acostumar com o cenário atual não faz sentido. A busca pela amenização da violência e criminalidade no Brasil pode ser um caminho árduo, difícil, e cheio de desafios, porém é um processo que devemos desenvolver, com muito trabalho duro para um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ABREU, Jonas Modesto de; LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Mídia, violência e segurança pública**: Novos aspectos da violência e da criminalidade no Brasil. 2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-74/midia-violencia-e-seguranca-publica-novos-aspectos-da-violencia-e-da-criminalidade-no-brasil/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2020.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social: Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 10(1):105-119, maio de 1998.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 53-68, ago. 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142019000200053&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lúmem Júris, 2006.

OLIVEIRA, Erival da Silva. **Direito Constitucional: Direitos Humanos**. 2. ed. 2011. rev. e atual. Ed. Revista dos Tribunais, p.15. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitos-humanos/direitos-humanos-em-face-da-dignidade-da-pessoa-humana/>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar de. Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: Um enfoque da economia do crime. In XXXIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, 2005. Natal. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A152.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

RIFIOTS, Theophilos. **Nos campos da violência: diferença e positividade**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266878367_Nos_campos_da_violencia_diferenca_e_positividade>. Laboratório de Estudos da Violência – CFH/UFSC, Florianópolis, 2006. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTIN, Valter Foletto. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Itamar Rocha. Aspectos da violência urbana. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Vitória da Conquista-BA n. 5/6 p. 237-250, 2009.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 75-96, Apr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2020.